



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE  
QUARTA CÂMARA**

**Processo nº** 13028.000029/2003-86

**Recurso nº** 136.866—Voluntário

**Matéria** RESSARCIMENTO DE IPI; INTEMPESTIVIDADE

**Acórdão nº** 204-03.495

**Sessão de** 08 de outubro de 2008

**Recorrente** LAGRANHA & CIA LTDA.

**Recorrida** DRJ-PORTO ALEGRE/RS

**ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO**

Período de apuração: 01/07/2000 a 30/09/2000

**PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL.**

Defeso está o conhecimento de recurso voluntário apresentado fora do prazo legal previsto no artigo 33 do Decreto nº 70.235/72.

Recurso Voluntário Não Conhecido

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os membros da quarta câmara do segundo conselho de contribuintes, por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso, por intempestivo.

**HENRIQUE PINHEIRO TORRES**

Presidente

Leonardo Siade Manzan

Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Júlio César Alves Ramos, Rodrigo Bernardes de Carvalho, Nayra Bastos Manatta, Ali Zraik Júnior, Sílvia de Brito Oliveira e Marcos Tranches Ortíz

## Relatório

Por bem retratar os fatos objeto do presente litígio, adoto e passo a transcrever o relatório da DRJ em Porto Alegre - RS, *ipsis literis*:

*"Trata-se de resarcimento de crédito presumido do IPI, autorizado pela Lei nº 9.363, de 13/12/1996, em parte negado por despacho decisório da DRF de origem por tratar-se de aquisições efetuadas a pessoas físicas.*

*Na manifestação de inconformidade, a interessada esclarece que adquire pedras semipreciosas a garimpeiros e alega que só poderiam ser excluídas da base de cálculo do crédito presumido "as compras de matéria-prima de pessoas físicas, se houvesse previsão legal, o que não há" e que o benefício foi instituído para compensar os exportadores do PIS/Pasep e da Cofins incidente sobre toda a cadeia e não apenas sobre a última operação."*

A DRJ em Porto Alegre - RS indeferiu o pleito da contribuinte em decisão assim entendida:

*Ementa: CRÉDITO PRESUMIDO. BASE DE CÁLCULO. Tão-somente as aquisições de insumos que sofrerem a incidência do PIS/Pasep e da Cofins geram direito ao crédito presumido do IPI instituído para resarcimento dessas contribuições.*

*Solicitação Indeferida*

Irresignada com a decisão de Primeira Instância, a contribuinte interpôs intempestivamente o presente recurso voluntário a este Egrégio Segundo Conselho de Contribuintes.

É o Relatório.

## Voto

Conselheiro Leonardo Siade Manzan, Relator

Tratam os presentes autos de Recurso Voluntário, apresentado pela empresa LAGRANHA & CIA LTDA., em 17 de outubro de 2006 (fls. 79/87), contra o Acórdão proferido pela Quinta Turma da Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Porto Alegre/RS, que indeferiu a solicitação da contribuinte. A recorrente foi cientificada do referido Acórdão DRJ/SPO n.º 10-9.012 em 14/09/2006, conforme Aviso de Recebimento de fl. 78.

Acontece que a peça recursal somente foi apresentada em 17/10/2006, quando já havia se esgotado o prazo de 30 dias para interposição de recurso voluntário ao 2º Conselho de

Contribuintes, conforme previsto no artigo 33 do Decreto 70.235/72, o que caracteriza intempestividade e implica o não conhecimento do recurso.

Isto posto, CONSIDERANDO que o recurso voluntário evidencia-se como intempestivo, à luz dos elementos constantes dos autos e da legislação vigente e considerando tudo o mais que do processo consta, voto -no- sentido -de-não-conhecer-do presente Recurso Voluntário por ter sido apresentado fora do prazo legal.

É o meu voto.

Sala das Sessões, em 08 de outubro de 2008

Leonardo Siade Marzan